

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do  
Estado de São Paulo - SEBRAE - SP**

**Demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

## **Conteúdo**

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

**KPMG Auditores Independentes**

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518  
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

## **Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Ao

Conselho Deliberativo Estadual e aos Administradores do

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alberto Spilborghs Neto'.

Alberto Spilborghs Neto  
Contador CRC 1SP167455/O-0

## Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014	Passivo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.840	52.354	Benefícios a empregados e obrigações tributárias	14	6.602	6.032
Aplicações financeiras	10.1	-	23.498	Obrigações com convênios e contratos	15	59	-
Contas a receber	7	4.701	2.744	Contas a pagar a fornecedores e outros	16	14.641	19.665
Numerários vinculados a convênios e programas	5	101	-	Provisão de férias e encargos	17	21.542	21.926
Adiantamentos concedidos	6	4.274	5.805	Obrigações com o Sistema SEBRAE	11b	11.518	80
Transações de Convênios a Executar		2.034	1.725				
Créditos com o Sistema SEBRAE	11a	-	10	Total do passivo circulante		54.362	47.703
Outros créditos	8	2.569	2.548				
				Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	18	2.077	-
Total do ativo circulante		37.519	88.684	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	19	21.574	33.090
				Total do passivo não circulante		23.651	33.090
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Depósitos judiciais	19	13.330	12.369	Superávit acumulado		293.203	230.740
Fundos de investimentos	9	2.833	1.636	Ajustes de avaliações patrimoniais		30.755	31.166
Aplicações financeiras	10.2	349.230	210.788	Superávit do exercício		88.507	62.051
Imobilizado	12	83.463	86.454				
Intangível	13	4.103	4.819				
				Total do patrimônio líquido	20	412.465	323.957
Total do ativo não circulante		452.959	316.066				
<b>Total do ativo</b>		<b>490.478</b>	<b>404.750</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>490.478</b>	<b>404.750</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
<b>Receitas operacionais</b>		<b>433.188</b>	<b>396.600</b>
Contribuição social ordinária (CSO)	21	395.818	371.485
Contribuição social Nacional (CSN)	21	3.681	3.518
Contribuição social ordinária - viagens (CSO)	21	35	55
Receita de empresas beneficiadas	22	20.076	11.317
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros	23	269	108
Outras receitas operacionais	24	13.309	10.117
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(385.798)</b>	<b>(361.674)</b>
Pessoal, encargos e benefícios sociais	25	(195.981)	(178.297)
Serviços profissionais e contratados	26	(92.504)	(95.163)
Custos e despesas de operacionalização	27	(70.482)	(66.644)
Encargos diversos	28	(9.134)	(6.811)
Despesas com programas e convênios	29	-	(177)
Despesas com provisões	30	(8.808)	(5.961)
Depreciação e amortização	31	(8.025)	(7.720)
Outras despesas operacionais	32	(864)	(901)
<b>Superávit antes do resultado financeiro líquido</b>		<b>47.390</b>	<b>34.926</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	33	<b>41.117</b>	<b>27.125</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>88.507</b>	<b>62.051</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2015	31/12/2014
<b>Superávit do exercício</b>	<b>88.507</b>	<b>62.051</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>88.507</u></b>	<b><u>62.051</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*(Em milhares de Reais)*

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013 (originalmente apresentado)</b>	<b>181.509</b>	<b>31.577</b>	<b>56.765</b>	<b>269.851</b>
Ajuste de exercícios anteriores	(5.885)	-	(2.060)	(7.945)
<b>Saldo em 1o. de janeiro de 2014 (reapresentado)</b>	<b>175.624</b>	<b>31.577</b>	<b>54.705</b>	<b>261.906</b>
Incorporação do superávit do período anterior	54.705	-	(54.705)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	411	(411)	-	-
Superávit do exercício	-	-	62.051	62.051
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>230.740</b>	<b>31.166</b>	<b>62.051</b>	<b>323.957</b>
Incorporação do superávit do período anterior	62.051	-	(62.051)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	411	(411)	-	-
Superávit do exercício	-	-	88.507	88.507
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>293.203</b>	<b>30.755</b>	<b>88.507</b>	<b>412.465</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	88.507	62.051
Ajustes:		
Depreciação e amortização	8.025	7.720
Baixa do ativo imobilizado	58	135
Reversão de perdas ao valor recuperável	-	(3.911)
Provisão/(Reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(11.516)	1.890
Provisão para perda em fundos mútuos de investimento	413	292
Provisão de férias e encargos	(384)	2.132
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(30.312)	(12.445)
	<u>54.791</u>	<u>57.864</u>
<b>(Aumento)/diminuição nas contas do ativo</b>		
Contas a receber	(1.957)	(755)
Adiantamentos concedidos	1.531	(2.643)
Numerários vinculados a convênios e programas	(101)	474
Transações de convênios a executar	(309)	(1.725)
Créditos com o Sistema SEBRAE	10	-
Depósitos judiciais	(961)	(1.673)
Outros créditos	(21)	(625)
<b>Aumento/(diminuição) nas contas do passivo</b>		
Benefícios a empregados e obrigações tributárias	570	784
Contas a pagar a fornecedores e outros	(5.024)	(11.403)
Obrigações com convênios e contratos	59	(132)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	11.438	80
Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	2.077	-
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>	<u>62.103</u>	<u>40.246</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aplicações em fundos mútuos de investimento	(1.610)	(419)
Adições ao ativo imobilizado	(3.598)	(9.441)
Adições ao ativo intangível	(777)	(4.776)
Aplicações financeiras (adições)	(153.414)	(43.558)
Aplicações financeiras (resgates)	68.782	4.196
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento</b>	<u>(90.617)</u>	<u>(53.998)</u>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(28.514)</u>	<u>(13.752)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	52.354	66.106
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>23.840</u>	<u>52.354</u>
<b>Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(28.514)</u>	<u>(13.752)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Vergueiro, 1.117, Bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo.

O âmbito de atuação do SEBRAE - SP constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas no Estado de São Paulo, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE - SP recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional, que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição para-fiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE - SP é uma entidade isenta do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15º). Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15º §3º, alterada pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável, não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12º §2º e art. 15º §2º).

De acordo com o inciso I do art. 12º do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da contribuição social.

As operações da Entidade são substancialmente mantidas por meio de repasse de recursos do SEBRAE Nacional. O superávit ou déficit apurado no exercício será absorvido pelo patrimônio social.

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração**

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”), emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota Explicativa nº 12) e instrumentos financeiros classificados como equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 04), as aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 10), fundos mútuos de investimento (Nota Explicativa nº 09) e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 34).

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações contábeis em 29 de janeiro de 2016.

## **2.2 Usos de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros (Nota Explicativa nº 36), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 12), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 19) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 34).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

### **a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego**

O resultado do cálculo atuarial de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil no resultado do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 34).

### **b. Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 36).

**c. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 19).

As provisões para contingências trabalhistas e cíveis são constituídas com base em posicionamento dos assessores jurídicos internos e externos para as ações cuja estimativa de perda foi avaliada como provável, quando foram realizados depósitos judiciais, ou com base em melhores estimativas da Administração da Entidade.

**d. Depreciação de imobilizado**

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 1,67% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 12).

**3 Principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

**a. Reconhecimento das receitas e despesas**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 21). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades Regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN são relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos (Nota Explicativa nº 21).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 23).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 22).

**b. Instrumentos financeiros não derivativos**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponível para venda e empréstimos e recebíveis.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

*Ativos financeiros disponível para venda*

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. São mensurados ao valor justo.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e ativos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

*Contas a pagar a fornecedores e outros*

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 16).

**c. Classificação entre circulante e não circulante**

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo (Nota Explicativa nº 12).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas de depreciação anuais estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	1,67%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Instalações	10%
Veículos e acessórios	20%

**e. Intangível**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

**f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)**

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Nota Explicativa nº 12).

**g. Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração**

O adiantamento sobre vendas dos direitos de administração são contabilizadas mensalmente por cálculo linear do período da concessão do direito de uso, que foi vendido por um prazo determinado (Nota Explicativa nº 18).



**h. Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 19).

**i. Benefícios a empregados**

***Benefícios de curto prazo***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável (Nota Explicativa nº 14).

***Benefícios pós-emprego***

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE/SP é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE-SP reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de seus participantes.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE-SP contrata anualmente um atuário qualificado (Nota Explicativa nº 34).

**3.1 Reapresentação dos valores correspondentes**

- a. Em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, o SEBRAE-SP está reapresentando os valores correspondentes às demonstrações das mutações do patrimônio líquido para 1º de janeiro de 2014, decorrente do assunto descrito a seguir:
- b. O procedimento interno de conciliação e conferência das baixas de determinados itens do ativo intangível no terceiro trimestre de 2014, revelou que alguns itens do ativo intangível cuja vigência contratual de direito de uso vigoravam entre 12 ou 24 meses, estavam sendo

amortizados pelo prazo de 5 anos, não correspondendo, portanto, aos respectivos prazos de geração de benefícios econômicos. Em outro caso, foram identificados gastos com contrato de uso de sistema de informações (clipping de notícias) como ativo intangível, que pela sistemática de alocação das amortizações pelo prazo de 5 anos, também ocasionou distorção relevante na apresentação e nos registros contábeis de períodos anteriores, no valor total de R\$ 7.945.

- c. Dessa forma, apresentamos a seguir os ajustes decorrentes do assunto relatado acima nos valores contábeis correspondentes e retrospectivos que haviam sido objeto de divulgação até o momento:
- d. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2014.

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do período	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013 originalmente apresentado	181.509	31.577	56.765	269.851
Ajuste de exercícios anteriores	(5.885)	-	(2.060)	(7.945)
Saldo em 1º. de janeiro de 2014 (reapresentado)	175.624	31.577	54.705	261.906

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

Trata-se de disponibilidades imediatas em caixa, contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	134	54
Banco conta movimento (i)	4.610	770
Aplicações financeiras (ii)	19.096	51.530
<b>Total</b>	<b>23.840</b>	<b>52.354</b>

- (i) São disponibilidades imediatas em contas-correntes bancárias, cuja posição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, se encontra a seguir descrita:

Bancos c/ movimento	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil	4.589	684
Caixa Econômica Federal	3	78
Outros bancos	18	8
<b>Total</b>	<b>4.610</b>	<b>770</b>

- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Aplicações financeiras	Modalidade	31/12/2015	31/12/2014
Caixa Econômica Federal	CDB	19.096	51.530
<b>Total</b>		<b>19.096</b>	<b>51.530</b>

As aplicações financeiras estão classificadas como equivalente de caixa pelo fato desses recursos serem destinados a manutenção operacional da entidade.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

O aumento do saldo da conta Banco Conta Movimento é decorrente do aumento do volume de obrigações agendadas para serem liquidadas na primeira semana do mês seguinte ao término de cada exercício.

A variação em aplicações financeiras reflete a estratégia de alongamento do prazo médio da carteira.

## 5 Numerários vinculados a convênios e programas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Contas correntes	6	-
Aplicações financeiras	95	-
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>-</b>

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do **SEBRAE-SP**, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/SP. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, e detalhada na Nota Explicativa nº 15.

Em 2015, os recursos se referem aos convênios firmados com as empresas Gerdau e Nestlé.

## 6 Adiantamentos concedidos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos a funcionários	1.824	1.920
Adiantamentos para viagens	15	57
Adiantamentos a terceiros	2.435	3.828
<b>Total</b>	<b>4.274</b>	<b>5.805</b>

Em 2014, houve adiantamento a terceiros no valor de R\$1.518 para 150 micro e pequenos empresários no evento NRF, realizado em janeiro de 2015. Para o evento de janeiro de 2016, as despesas foram incorridas dentro do próprio mês.

## 7 Contas a receber

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Créditos a receber (i)	1.961	2.239
Cheques e cartão (ii)	<u>2.740</u>	<u>505</u>
<b>Total</b>	<b><u>4.701</u></b>	<b><u>2.744</u></b>

- (i) Créditos a receber referente a operações de venda de produtos e cursos.
- (ii) Refere-se ao recebimento de Cheques e Cartões de Crédito vinculados às operações com os nossos clientes.

## 8 Outros créditos

O grupo é formado por depósitos cauções, despesas pagas antecipadamente e por créditos diversos, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos cauções	966	1.253
Reembolso de juros e multas	434	297
Benefícios a funcionários	915	747
Prêmios de seguro a apropriar	33	183
Outras despesas a apropriar	<u>221</u>	<u>68</u>
<b>Total</b>	<b><u>2.569</u></b>	<b><u>2.548</u></b>

A diminuição na rubrica “depósitos cauções” se refere a resgates ocorridos ao longo do ano.  
A rubrica “Outras despesas a apropriar” se refere à assinatura de jornais, revistas e periódicos.

## 9 Fundos de investimentos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Returning Emprepenur Investment Found (REIF)	1.500	1.500
(-) Provisão para desvalorização	(560)	(252)
Fundo de Inovação Paulista (FIP)	2.329	719
(-) Provisão para desvalorização	<u>(436)</u>	<u>(331)</u>
<b>Total</b>	<b><u>2.833</u></b>	<b><u>1.636</u></b>

A provisão para desvalorização se refere aos ajustes em relação aos valores das cotas dos fundos.

### Returning Emprepenur Investment Found (REIF)

Trata-se de um Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes, administrado pela DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda. A custódia é efetuada pelo Itaú Unibanco S.A. O REIF foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 209.

A finalidade do Fundo é a obtenção de ganhos de capital mediante a valorização dos ativos que compõem a carteira e, em menor proporção pelo recebimento de rendimento de suas aplicações, nos limites e percentuais definidos em sua política de investimento.

### **Fundo de Inovação Paulista (FIP)**

Trata-se de um Fundo de Investimento em Participações, administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. A custódia é efetuada pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo de Inovação Paulista foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 391. A finalidade do fundo é a obtenção de rendimentos por meio de investimentos em ações, debentures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou permutáveis por ações de emissão de Companhias Alvo ou Companhias Investias que tenham sido objeto de emissão primária ou, excepcionalmente de negociação secundária.

## **10 Aplicações financeiras**

Os recursos aplicados são derivados do excedente do fluxo de caixa, sendo que a administração decidiu pelo resgate a longo prazo com a finalidade de obter um rendimento líquido maior devido à redução da alíquota do imposto de renda.

### **10.1 Aplicações financeiras curto prazo**

<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo de aplicação</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Banco do Brasil S.A.	Fundo de investimento	-	23.498
Total		-	23.498

### **10.2 Aplicações financeiras longo prazo**

<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo de aplicação</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Caixa Econômica Federal	CDB	292.175	159.774
Banco do Brasil S.A.	CDB	57.055	51.014
Total		349.230	210.788

A taxa média das operações de longo prazo é de 101,00% do percentual do CDI. O tipo de aplicação das operações de longo prazo são todas CDB pós-fixados em CDI.

A variação se refere ao excedente do fluxo de caixa no período.

## **11 Transações com partes relacionadas**

São definidos como partes relacionadas:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

### **Transações com o Sistema SEBRAE**

#### **a. Créditos com o Sistema SEBRAE**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
CSO Ressarcimentos a receber	-	10
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>10</b>

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

O saldo na rubrica “CSO Ressarcimentos a receber” se refere as despesas de viagem a serem ressarcidas pelo SEBRAE Nacional.

#### **b. Obrigações com o Sistema SEBRAE**

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
CSN a devolver	11.518	80
<b>Total</b>	<b>11.518</b>	<b>80</b>

- (i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE-NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-16, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE-NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2015 os acertos contábeis no SEBRAE-SP e no SEBRAE-NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

#### **c. Resultado em operações com partes relacionadas**

Descrição	2015	2014
Contribuição Social Ordinária (CSO)	395.818	371.485
Contribuição Social Ordinária - Viagens	35	55
Contribuição Social Nacional (CSN)	3.681	3.518
<b>Total</b>	<b>399.534</b>	<b>375.058</b>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE-NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

Na rubrica “Contribuição social ordinária - viagens” estão alocadas as receitas de ressarcimento de viagens patrocinadas pelo SEBRAE Nacional.

**d. Operações com pessoal-chave da Administração**

*Empréstimos para diretores*

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

*Remuneração de pessoal-chave da Administração*

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal-chave da Administração:

Descrição	2015	2014
Remuneração	1.895	1.638
Benefícios	<u>183</u>	<u>171</u>
<b>Total</b>	<b><u>2.078</u></b>	<b><u>1.809</u></b>

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 34.

## **12 Ativo imobilizado**

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	Taxa anual depreciação	Saldo 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Valor 31/12/2015
Terreno	-	35.050	-	-	35.050
Edificações	1,67%	36.456	-	-	36.456
Móveis e utensílios	10%	7.594	195	(625)	7.164
Veículos/Acessórios	20%	6.440	-	-	6.440
Máquinas/Equipam.	10%	6.197	1.836	(810)	7.223
Equip. informática	20%	21.505	1.483	(4.417)	18.571
Instalações	10%	<u>8.568</u>	<u>82</u>	<u>-</u>	<u>8.650</u>
<b>Total do custo</b>		<b><u>121.810</u></b>	<b><u>3.596</u></b>	<b><u>(5.852)</u></b>	<b><u>119.554</u></b>
<b>Total depreciação acumulada</b>		<b><u>(35.356)</u></b>	<b><u>(6.531)</u></b>	<b><u>5.796</u></b>	<b><u>(36.091)</u></b>
<b>Total líquido</b>		<b><u>86.454</u></b>	<b><u>(2.935)</u></b>	<b><u>(56)</u></b>	<b><u>83.463</u></b>

As principais variações no período foram as seguintes:

Baixas em “Máquinas e Equipamentos”, “Móveis e utensílios” e “Equipamentos de Informática” referente ao inventário ocorrido no período.

O acréscimo em “Móveis e utensílios” e “Máquinas e equipamentos” ocorreu devido à troca dos PABXs da Sede e Escritórios Regionais e aquisições de estações de trabalho.

O aumento em “Equipamentos de informática” ocorreu devido à aquisição de solução de processamento (Blade Server), armazenamento (Storage), switches e microcomputadores portáteis.

As demais variações referem-se substancialmente ao registro das depreciações do período.

Com relação à rubrica de edificações, passamos a seguir a apresentar o histórico da sua ocorrência:

O edifício localizado na Rua 24 de Maio, n.º 30/32 - Centro - São Paulo, foi adquirido pelo SEBRAE-SP por R\$ 10.000 em março/2010. Posteriormente à compra, o SEBRAE-SP tomou conhecimento que o imóvel está situado em área de “utilidade pública”, conforme consta no Decreto nº 49.806, de 24 de julho de 2008, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Em 26 de junho de 2012 o SEBRAE-SP foi notificado pelo Departamento de Desapropriações da Prefeitura de São Paulo, para vistoria do imóvel situado na Rua 24 de Maio, nº 30/32 em continuidade às providências expropriatórias. Em 25 de agosto de 2012, a Prefeitura autorizou ao SEBRAE-SP a retirada de cópias do processo nº 2012-0.209.945-5, referente ao imóvel supracitado, contendo laudo de avaliação administrativa da própria Prefeitura Municipal de São Paulo, datado de 6 de agosto de 2012, no qual definiu seu valor de avaliação administrativa em R\$ 5.953.

Em decorrência, o SEBRAE-SP manteve o referido imóvel registrado em conta do imobilizado pelo valor de R\$ 5.953, após o lançamento de impairment, observando o pronunciamento contábil CPC - 01.

Porém em 24 de julho de 2013, ocorreu a caducidade do Decreto Municipal nº 49.806 de 24 de julho de 2008 e o prazo de carência que impossibilitava a expedição de novo decreto expropriatório pelo Poder Público encerrou-se em julho de 2014. Assim, perde a validade igualmente a perícia provisória realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo no processo administrativo nº 2012-0.209.945-5. Em outubro de 2014 houve a contratação de perito para a avaliação do imóvel, cujo valor justo foi avaliado em R\$ 14.200. Em virtude da caducidade do decreto, da invalidade da perícia e do resultado da avaliação, foi realizada a reversão do *impairment* no valor de R\$ 3.911 em outubro de 2014 retornando o bem ao seu valor de aquisição original.



## 13 Intangível

	<i>Softwares</i>	<b>Total do intangível</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.552	6.552
Adições	776	776
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.328	7.328
Amortização		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.733)	(1.733)
Amortização no período	(1.492)	(1.492)
Baixa	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(3.225)	(3.225)
Valor contábil		
Em 31 de dezembro de 2014	4.819	4.819
Em 31 de dezembro de 2015	4.103	4.103

Em 2015 houve o acréscimo de R\$ 567 referente a aquisições de softwares necessários à perfeita execução das atividades ambiente virtualização VMWare. Houve também aquisições de softwares do PABX, além de demais aquisições de licenças de uso de softwares corporativos, sistemas de monitoramento e divulgação de informações pela internet.

## 14 Benefícios a empregados e obrigações tributárias

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de benefícios aos empregados:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Remuneração a pagar	8	8
Encargos sociais a recolher	3.649	3.322
Consignações da Folha de Pagamento	3	107
Obrigações fiscais a recolher	2.942	2.595
<b>Total</b>	<b><u>6.602</u></b>	<b><u>6.032</u></b>

O aumento nas rubricas “encargos sociais a recolher” e “obrigações fiscais a recolher” é decorrente dos reflexos de ajustes salariais, conforme descritos na Nota Explicativa nº 25.

A variação em consignações da folha de pagamento se refere à provisão do seguro de vida de novembro e dezembro de 2014 que foram pagas em 2015, em virtude da reorganização societária da empresa MAFRE.

## 15 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Convenio Gerdau - ER ABC/Alto Tietê	22	-
Convenio Nestlé - ER Capital Sul	37	-
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>-</b>

Os valores a comprovar se referem a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios, utilizadas na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes são apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

## 16 Contas a pagar a fornecedores e outros

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	7.731	11.306
Sebraetec	36	6.577
Soluções Tecnológicas	3.201	-
Adiantamento de clientes	2.643	1.782
Cauções e depósitos p/ licitações	370	-
Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	623	-
Outras obrigações	37	-
<b>Total</b>	<b>14.641</b>	<b>19.665</b>

O decréscimo na rubrica “Fornecedores” é justificado pela redução do saldo a pagar a terceiros em dezembro de 2015.

Houve diminuição na provisão de consultorias do Programa Tecnológico Sebraetec devido à finalização das ações relacionadas a este programa a partir de fevereiro de 2014.

A rubrica “Soluções tecnológicas” se refere ao programa de consultorias tecnológicas iniciado em 2015.

Em “Cauções e depósitos p/ licitações” são registrados os depósitos cauções recebidos de fornecedores para garantias contratuais.

O saldo em “adiantamento sobre vendas dos direitos de administração” se refere ao montante de curto prazo do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A. O valor total da prestação de serviços é de R\$ 3.115, e está sendo mantido como obrigações de curto e longo prazos, sendo apropriado mensalmente durante o período de vigência contratual de 5 anos. No adiantamento sobre vendas dos direitos de administração de curto prazo são mantidas 12 parcelas de R\$ 52.

## 17 Provisão de férias e encargos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Férias e encargos (i)	16.051	15.301
Remuneração variável (ii)	<u>5.491</u>	<u>6.625</u>
<b>Total</b>	<b><u>21.542</u></b>	<b><u>21.926</u></b>

- (i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (ii) Foi utilizada como base de cálculo a planilha compilada pelo comitê de indicadores com os resultados parciais alcançados pelas Unidades e Escritórios Regionais até 31/12/2015, conforme critérios estabelecidos através da Cartilha da Remuneração Variável para o ano de 2015.

O acréscimo em “férias e encargos” é reflexo dos ajustes salariais, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24.

A partir de 2014, a forma de pagamento da Remuneração Variável passou a atender a Lei nº 10.101 de 19/12/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.

## 18 Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração

A rubrica se refere valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A. O valor total da prestação de serviços é de R\$ 3.115, e está sendo mantido como obrigações de curto e longo prazos, sendo apropriado mensalmente durante o período de vigência contratual de 5 anos. Nos adiantamento sobre vendas dos direitos de administração de longo prazo são mantidas as parcelas que serão apropriadas após 1 ano.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	<u>2.077</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>2.077</u></b>	<b><u>-</u></b>

## 19 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a movimentação da provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e os respectivos depósitos judiciais estavam apresentados da seguinte forma:

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisão</u>		<u>Líquido</u>	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Riscos trabalhistas	1.132	1.162	6.766	21.080	5.634	19.918
Riscos cíveis	31	51	497	51	466	-
Obrigação legal	<u>12.167</u>	<u>11.156</u>	<u>14.311</u>	<u>11.959</u>	<u>2.144</u>	<u>803</u>
<b>Total</b>	<b><u>13.330</u></b>	<b><u>12.369</u></b>	<b><u>21.574</u></b>	<b><u>33.090</u></b>	<b><u>8.244</u></b>	<b><u>20.721</u></b>

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do  
Estado de São Paulo - SEBRAE - SP  
Demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014*

	Trabalhistas	Cíveis	Obrigações legais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>21.080</u>	<u>51</u>	<u>11.959</u>	<u>33.090</u>
(+) Complemento de provisão	4.838	403	2.394	7.635
(+) Atualização monetária	2.168	65	868	3.101
(-) Reversão de provisão	(10.987)	-	(802)	(11.789)
(-) Baixa de provisão	<u>(10.333)</u>	<u>(22)</u>	<u>(108)</u>	<u>(10.463)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>6.766</u>	<u>497</u>	<u>14.311</u>	<u>21.574</u>

Destacamos as variações nos valores trabalhistas referentes à reversão de provisão no total de R\$ 10.987, cujo principal motivo se refere à reversão de R\$ 5.913 em julho de 2015 referente ao processo movido pelo Ministério Público do Trabalho, após a celebração de acordo entre as partes para o pagamento de indenização no total de R\$ 10.000 por parte do SEBRAE-SP. Houve perda de causa e baixa no valor de R\$ 10.333, sendo R\$ 10.000 referente à ação do Ministério Público. Nas provisões trabalhistas, ocorreu também complemento no valor de R\$ 4.838 devido à alteração do valor da causa de quatro processos judiciais no total de R\$ 784 e alteração na probabilidade de perda de trinta e oito processos no total de R\$ 4.054. Nas ações cíveis, houve complemento de provisão no valor de R\$ 399 devido à alteração da probabilidade de perda de dois processos (de possível para provável), complemento no valor de R\$ 4 devido à alteração do valor da causa, além de baixa de provisão no valor de R\$ 22. Nas obrigações legais, houve complemento de provisão no valor de R\$ 2.394 referente ao IPTU de imóveis próprios no Município de São Paulo, reversão no total de R\$ 802, devido à alteração do valor da causa de sete processos e baixa de três processos, além de baixa de dois processos no total de R\$ 108.

Os processos trabalhistas eram atualizados mediante a aplicação da Taxa Referencial Diária - TRD, com o acréscimo de juros de mora equivalentes a um por cento ao mês. De acordo com a decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST de 04/08/2015, os débitos trabalhistas passarão a ser atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os juros de mora, de um por cento ao mês, permanecem inalterados. O TST determinou que os efeitos da decisão incidirão sobre todos os processos em curso, ressalvados os processos já quitados ou extintos, em tramitação final. A aplicação da TRD para a correção monetária acabava por não recompor, de fato, os débitos trabalhistas, que, ao revés, acabavam por minguar ante as perdas inflacionárias no decorrer dos anos. Ainda, o TST estabeleceu que o IPCA-E deveria ser aplicado a partir de 30 de junho de 2009, de forma que todos os débitos decorrentes de ações trabalhistas devidos a partir da referida data serão integralmente corrigidos pelo IPCA-E. Os débitos trabalhistas anteriores a essa data estipulada pelo TST receberão tratamento híbrido: até a data de corte os valores serão corrigidos pela TRD, após pelo IPCA-E. Porém, em 14/10/2015 o Supremo Tribunal Federal - STF, em sede liminar, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do TST enquanto não julgado o recurso interposto, ou seja, em todas as execuções trabalhistas deverão ser aplicados os índices de atualização monetária da TRD.

### **Obrigações legais**

As obrigações legais estão representadas por questionamentos judiciais quanto à incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre os bens imóveis da Entidade, decorrente de sua condição de entidade imune de tributos. Os assessores jurídicos da Entidade julgam como possível a probabilidade de êxito da referida demanda judicial, existindo depósito judicial para

os valores em questionamento.

Esses processos são provenientes de ações de execução fiscal ingressadas pela Prefeitura de São Paulo buscando o recebimento dos valores de IPTU dos imóveis próprios da entidade, a partir do ano de competência 2000. A tese elaborada em defesa, através de embargos à execução, cabe exclusivamente à Unidade Jurídica.

### **Contingências passivas com estimativas de perdas possíveis**

O SEBRAE-SP possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica interna e externa com probabilidade de perda “possível” (naturezas trabalhista e cível), os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações contábeis:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Riscos trabalhistas	4.712	14.579
Riscos cíveis	<u>6.875</u>	<u>14.943</u>
<b>Total</b>	<b><u>11.587</u></b>	<b><u>29.522</u></b>

O decréscimo em 2015 se justifica pela ocorrência de alterações de probabilidades de perda e baixas de processos ao longo do ano.

Quanto aos processos trabalhistas, as ações judiciais versam em torno de pedidos referentes a verbas trabalhistas que os autores destas ações entendem serem devidas ou que não as receberam corretamente em momento oportuno, como por exemplo, horas extras, diferenças salariais, verbas rescisórias, danos morais e materiais de diversas causas, entre outras.

Quanto aos processos cíveis, as ações judiciais versam geralmente em torno de conflitos existentes no cumprimento e na vigência dos contratos celebrados entre o SEBRAE-SP e nossos fornecedores.

## **20 Patrimônio líquido**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Superávit acumulado	293.203	230.740
Superávit do exercício	88.507	62.051
Ajuste avaliação patrimonial	<u>30.755</u>	<u>31.166</u>
<b>Total</b>	<b><u>412.465</u></b>	<b><u>323.957</u></b>

A variação da rubrica refere-se basicamente à absorção do superávit de 2014 ao patrimônio social.

### **a. Composição do patrimônio líquido**

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado.

**b. Superávit do exercício**

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

**c. Ajuste de avaliação patrimonial**

Na adoção inicial dos CPC, em 1º de janeiro de 2009, a Administração aplicou, com base em laudos de empresas especializadas, os custos atribuídos a terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente diferentes dos valores de mercado.

## **21 Receitas com contribuição social**

Descrição	2015	2014
Contr. Social Ordinária - CSO (a)	395.818	371.485
Contr. Social Nacional - CSN (b)	3.681	3.518
Contribuição Social Ordinária - Viagens (c)	35	55
<b>Total da receita líquida</b>	<b>399.534</b>	<b>375.058</b>

**a. Contribuição Social Ordinária (CSO)**

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

Em 2015, o acréscimo de R\$ 24.333 é decorrente do aumento na receita prevista e distribuída mensalmente pelo SEBRAE Nacional, em comparação ao mesmo período do ano anterior e da incorporação de excesso de arrecadação de anos anteriores.

**b. Contribuição Social Nacional (CSN)**

Recursos transferidos pelo SEBRAE-NA para os SEBRAE-UF para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE-UF (IN.37.16)

O acréscimo de R\$ 163 em “Contribuição Social Nacional” é devido ao aumento no valor do repasse (R\$ 3.640 em 2015/ R\$ 3.456 em 2014), além de execuções de projetos ao longo do ano.

**c. Contribuição Social Ordinária - Viagens**

Nessas rubricas estão alocadas as receitas de ressarcimento de viagens patrocinadas pelo SEBRAE Nacional.

## **22 Receitas de empresas beneficiadas**

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do  
Estado de São Paulo - SEBRAE - SP  
Demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014*

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Treinamentos	2.441	1.149
Consultoria	3.884	1.909
Feiras	3.775	1.886
Palestras	122	77
EMPRETEC	5.165	4.108
Missões empresariais	2.108	746
Cotas de patrocínios	1.961	1.242
Outras	620	200
<b>Total</b>	<b>20.076</b>	<b>11.317</b>

O acréscimo de R\$ 8.759 em “Receitas de empresas beneficiadas” ocorreu principalmente devido à realização de feiras como Couromoda, Francal 2015, além da locação de stands na Feira do Empreendedor. Ocorreu aumento em seminários do EMPRETEC e em receitas de consultoria. Na rubrica “Missões empresariais” a variação se refere a missões internacionais que ocorreram em 2015, como Salão do Automóvel de Milão, Summer Fancy Food, World Dairy, Rurais na SIAL (França) e Expo Milão, que totalizam R\$ 1.055.

## 23 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/UF.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Receita - Parceiros	269	70
Receita - SEBRAE-NA	-	38
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>108</b>

Em 2014, a receita se refere à execução de recursos vinculados aos convênios com a Petrobrás, firmados junto aos Escritórios Regionais Campinas e Baixada Santista. Em 2015, a receita está vinculada aos convênios com a Gerdau e Nestlé, firmados junto aos Escritórios Regionais ABC/Alto Tietê e Capital Sul, respectivamente.

## 24 Outras receitas operacionais

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Recuperação e restituições	1.008	1.983
Receitas oper. F. Pagto - ent. bancária	415	-
Devoluções de convênios	33	10
Receita reversão prov. contingência trabalhista	10.987	3.477
Receita reversão prov. outras contingências	866	736
Reversão do valor recuperável at. imobilizado	-	3.911
<b>Total</b>	<b>13.309</b>	<b>10.117</b>

A variação em “Recuperações e restituições” ocorreu principalmente devido ao recebimento de excedente técnico em 2014 no valor de R\$ 164 referente ao seguro de vida.

O saldo em “receitas oper. F. Pagto - ent. bancária” se refere à apropriação do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A.

O acréscimo em “Receita de reversão de provisão de contingência trabalhista” se refere à reversão de R\$ 5.913 realizada em julho de 2015 referente ao processo movido pelo Ministério Público do Trabalho, após a celebração de acordo entre as partes para o pagamento de indenização no total de R\$ 10.000 por parte do SEBRAE-SP.

O acréscimo em “Receita de reversão de provisão de outras contingências” ocorreu devido à reavaliação dos valores das obrigações legais no primeiro trimestre de 2015.

Em 2014, houve a reversão do lançamento de impairment realizado em 2012 referente ao imóvel localizado na Rua 24 de Maio, aliada ao novo laudo de avaliação, devido à caducidade do Decreto Municipal nº 49.806 de 24 de julho de 2008, ocorrida em 24 de julho de 2013, que declarava ser de utilidade pública referido imóvel.

## **25 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Salário e encargos	(157.971)	(146.729)
Outros gastos com pessoal	(5.133)	(3.005)
Benefícios sociais	<u>(32.877)</u>	<u>(28.563)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(195.981)</u></b>	<b><u>(178.297)</u></b>

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

Relacionamos abaixo os principais fatores para as variações ocorridas:

- Em janeiro de 2015, houve reajuste na remuneração de todos os colaboradores em 6,50%, estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho;
- Em maio de 2015, houve o reajuste salarial de 147 funcionários em decorrência do ciclo avaliativo;
- Em junho de 2015, houve o reajuste salarial de 140 funcionários em decorrência do enquadramento da tabela salarial.

## **26 Despesas com serviços profissionais e contratados**

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de



acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Instrutoria e consultoria	(13.806)	(15.948)
Serviços técnicos especializados	(30.750)	(34.659)
Manutenção, segurança e limpeza	(15.485)	(13.490)
Despesas com clipping de notícias	(3.204)	(2.937)
Locação de mão-de-obra	(17.002)	(15.679)
Estagiários	(2.234)	(1.608)
Organização e promoção de eventos	(7.617)	(7.624)
Contrato de patrocínio	(754)	(1.770)
Menor aprendiz	(787)	(840)
Outros serviços contratados	(839)	(538)
Encargos sociais s/ serv. terceiros	(26)	(70)
<b>Total</b>	<b><u>(92.504)</u></b>	<b><u>(95.163)</u></b>

O decréscimo na rubrica “Instrutoria e consultoria” se refere à interrupção das ações relacionadas ao Programa Tecnológico Sebraetec a partir de fevereiro de 2014.

Os principais motivos do decréscimo em “Serviços técnicos especializados” se referem à redução de R\$ 4.311 com estudos, pesquisas e análises técnicas e R\$ 1.045 com capacitação e treinamento de pessoal. Em contrapartida, houve aumento de R\$ 1.263 nas despesas com assessoria de imprensa.

Na rubrica “Manutenção, segurança e limpeza”, houve acréscimo de R\$ 2.255 nos serviços de manutenção de equipamentos de informática e de R\$ 1.366 nas despesas com vigilância. Em contrapartida, houve decréscimo de R\$ 1.227 nas despesas com manutenção de instalações e de R\$ 213 nas despesas com limpeza e conservação, comparadas com o mesmo período do ano anterior.

Houve acréscimo nas despesas com locação de mão-de-obra no valor de R\$ 1.323 nas contratações de serviços de telemarketing ativo para os Pontos de Atendimento e de serviços de transmissão de dados em rede.

Houve redução de R\$ 1.016 nas despesas com cotas de patrocínio.

## **27 Custos e despesas de operacionalização**

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do  
Estado de São Paulo - SEBRAE - SP  
Demonstrações contábeis  
em 31 de dezembro de 2015 e 2014*

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Despesa de viagem	(8.348)	(6.613)
Alugueis e encargos	(21.667)	(22.100)
Divulgação, anúncios, public. e propaganda	(9.080)	(12.923)
Serviços gráficos e de reprodução	(8.961)	(6.813)
Serviços de comunicação	(11.090)	(6.463)
Materiais de consumo	(3.863)	(4.780)
Demais custos e despesas gerais	<u>(7.473)</u>	<u>(6.952)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(70.482)</u></b>	<b><u>(66.644)</u></b>

Na rubrica “Despesa com viagens”, o acréscimo se dá principalmente pelo aumento nas despesas relacionadas à missão empresarial no exterior realizada no mês de janeiro, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em “Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda” houve uma redução de R\$ 3.843 referente à prestação de serviços de veiculação de programas e campanhas publicitárias das ações do Sebrae-SP, que tem o objetivo estratégico de captar clientes por todo o Estado de São Paulo. Destacam-se campanhas realizadas através de televisão, onde a redução foi de R\$ 4.835 em relação ao mesmo período do ano anterior. Houve aumento nas despesas com veiculação em jornais e anúncios em internet no total de R\$ 881.

A variação em “Serviços gráficos e reprodução” se refere ao aumento de confecções de materiais promocionais e de impressões gráficas, devido ao acréscimo no volume de exemplares do Jornal de Negócios e da Revista Conexão SEBRAE.

No grupo “Serviços de comunicação” houve acréscimo de R\$ 3.535 nas despesas com correios, devido ao aumento no volume de distribuição do Jornal de Negócios e da Revista Conexão SEBRAE, além do acréscimo de R\$ 434 com telefonia fixa, R\$ 332 com serviço de transmissão de dados em rede e R\$ 273 em despesas com telefonia móvel.

Em “Material de consumo” ocorreram decréscimos nas despesas com materiais de limpeza, copa, refeitório e materiais técnicos e didáticos no total de R\$ 961.

## **28 Encargos diversos**

Neste grupo são registradas as despesas tributárias e taxas de expediente.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
IPVA	(38)	(40)
IPTU/ITBI	(514)	(441)
IR sobre aplicações financeiras	(7.298)	(5.202)
IOF	(31)	(7)
Pis	(1.128)	(983)
Taxas	<u>(125)</u>	<u>(138)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(9.134)</u></b>	<b><u>(6.811)</u></b>

A variação em “IPTU/ITBI” se refere ao aumento de 15% do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Aumento de R\$ 2.096 em “IR sobre aplicações financeiras” e de R\$ 24 em “IOF” ocorreu devido ao aumento no valor das aplicações do período.

Nas despesas com contribuições para o Programa de Integração Social incidente sobre as remunerações dos funcionários, houve variação de R\$ 145 devido aos reajustes ocorridos na folha de pagamento.

## **29 Despesas com programas e convênios**

Referem-se aos valores executados e comprovados por meio de prestações de contas dos parceiros, relativo a recursos de convenio, de acordo com programação prevista no plano de trabalho do exercício, conforme demonstrado a seguir:

<b>Projeto</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Incubadoras	-	(106)
Cadeia de calçados	-	(71)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(177)</b>

Em 2014, houve transferência de recursos no valor de R\$ 106 para dois projetos de incubadoras de empresas, além de R\$ 71 para a Cadeia de Calçados em Birigui/SP.

## **30 Despesas com provisões**

Refere-se ao registro de perdas, onde são considerados todos os fatores conhecidos na estimativa do risco e na expectativa das perdas. Neste grupo são registradas as prováveis contingências de ações cíveis em andamento, autuações fiscais e reclamações trabalhistas, cujo valor seja possível estimar/calcular, envolve um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência e que, em função de um evento futuro, poderá resultar em perda para a empresa.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Prov. p/ riscos fiscais e outras contingências	(8.519)	(5.759)
Prov. p/ perdas diversas	(289)	(126)
Prov. p/ IRRF s/ rendimento de fundos	(-)	(76)
<b>Total</b>	<b>(8.808)</b>	<b>(5.961)</b>

Nas ações cíveis, houve complemento de provisão no valor de R\$ 399 devido à alteração da probabilidade de perda de dois processos (de possível para provável), e complemento no valor de R\$ 4 devido à alteração do valor da causa. Nas obrigações legais houve complemento referente ao IPTU dos imóveis próprios no valor de R\$ 2.054, referente aos anos de 2011 a 2015. Nas reclamações trabalhistas, houve alteração do valor da causa de quatro processos judiciais no total de R\$ 784.

Houve aumento de R\$ 163 em “Provisão para perdas diversas”, referente ao registro de baixas de créditos incobráveis.

### 31 Depreciação e amortização

São registradas as despesas com a diminuição de valor de bens móveis e imóveis pelo desgaste e/ou perda de utilidade, por uso, ação da natureza ou obsolescência, de acordo com a legislação vigente, calculada em função da vida útil econômica. São também registradas as despesas com diminuição de valor aplicado em sistemas aplicativos e softwares, de acordo com a legislação vigente, por exercício de duração limitada.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depreciação de bens imóveis	(1.209)	(1.218)
Depreciação de bens móveis	(5.324)	(4.917)
Amortização intangível	<u>(1.492)</u>	<u>(1.585)</u>
<b>Total</b>	<b><u>(8.025)</u></b>	<b><u>(7.720)</u></b>

A variação se refere substancialmente ao registro das depreciações e amortizações do período.

### 32 Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Convênios executados	(712)	(766)
Custo na baixa do ativo imobilizado	(57)	(135)
Despesas de exercícios anteriores	<u>(95)</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<b><u>(864)</u></b>	<b><u>(901)</u></b>

Em “Convênios executados”, são registradas as execuções referentes à prestação de contas de convênios.

Na rubrica “Custo na baixa do ativo imobilizado” são registrados os custos de aquisições e a depreciação acumulada dos bens extraviados, furtados, sucateados, doados etc., calculados até a data da baixa.

Em “Despesas de exercícios anteriores” há o registro de devoluções de cauções aos fornecedores, que haviam sido recebidos em anos anteriores.

### 33 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos recursos próprios	7.356	17.487
Receita aplicação Funding	13.877	10.219
Rendimentos rec. próprios - LP	21.947	-
Rend. fundos emp. emergentes	27	-
Variações monetárias ativas	907	688
Outros rendimentos	43	39
<b>Subtotal</b>	<b>44.157</b>	<b>28.433</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(304)</b>	<b>(214)</b>
Desvalorização cotas de fundos emp. emergentes	(440)	(292)
Variações monetárias passivas	(2.296)	(802)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.040)</b>	<b>(1.308)</b>
<b>Total receita financeira líquida</b>	<b>41.117</b>	<b>27.125</b>

O aumento das receitas financeiras se vincula ao efeito do acréscimo na taxa média de remuneração dos recursos aplicados, que é atrelada à taxa SELIC, além do aumento do volume de recursos mantidos em aplicações financeiras.

Os valores registrados nas contas de variações monetárias passivas se referem a atualizações monetárias das obrigações de contingências trabalhistas, cíveis e obrigações legais. A variação ocorreu devido ao aumento do saldo das obrigações nos processos trabalhistas.

### 34 Benefícios a empregados pós-emprego

#### 34.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.h, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE/SP contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações contábeis. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Valor justo dos ativos do Plano	1.379	1.021
Valor presente das obrigações atuarias	(525)	(499)
Superávit	854	522

De acordo com a política contábil, a Entidade não efetua o registro do superávit atuarial.

O total de contribuições reconhecidas como benefícios sociais nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 monta a R\$ 3.835, conforme demonstrado a seguir:

<b>Itens</b>	<b>Parte BD</b>	<b>Parte CD</b>	<b>Total</b>
Contribuições normais	<u>112</u>	<u>3.723</u>	<u>3.835</u>
<b>Totais</b>	<b><u>112</u></b>	<b><u>3.723</u></b>	<b><u>3.835</u></b>

## **34.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano**

### ***Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido***

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro</b>	<b>(499)</b>	<b>(399)</b>
Custos do serviço corrente e juros	(137)	(106)
Perdas/ganhos atuariais em outros resultados abrangentes	111	6
<b>Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro</b>	<b>(525)</b>	<b>(499)</b>

***Movimentação no valor justo dos ativos do plano***

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro</b>	<b>1.021</b>	<b>1.012</b>
Contribuições pagas ao plano	113	104
Receita de juros	153	152
Perdas/ganhos atuariais em outros resultados abrangentes	92	(247)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro</b>	<b>1.379</b>	<b>1.021</b>

***Despesa reconhecida no resultado***

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Custo do serviço corrente	(81)	(60)
Perdas/ganhos sobre o ativo	92	(247)
Perdas/ganhos sobre o passivo	111	5
Efeito do teto do ativo	(235)	198
<b>Total dos componentes</b>	<b>(113)</b>	<b>(104)</b>

***Premissas atuariais***

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

<b>Premissas atuarias na data do relatório</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Taxa real anual de juros	7,76%	6,22%
Projeção de crescimento real de salário	2,16%	2,18%
Taxa de inflação média anual	5,00%	5,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,76%	11,22%

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir.

- **Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos** - AT-2000M e F Desag 10%
- **Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados** - AT-2000M e F Desag 10%
- **Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos** - 50% UP M + 50% UP F
- **Tábua de entrada em invalidez** - Tasa 1927 MF
- **Tábua de morbidez** - N/A

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

### **35 Cobertura de seguros**

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 19 de novembro de 2016, por contrato de seguro para riscos nomeados contra roubo, incêndio, quedas de raio, explosão, danos elétricos, entre outros. A vigência de cobertura da frota de veículos próprios e locados é até 21 de setembro de 2016. O custo total do prêmio foi de R\$ 144 e a importância segurada de R\$ 56.568.

### **36 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos**

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações contábeis.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

#### **Principais instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações financeiras).
- Aplicações financeiras (CDB e Fundos de Investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

#### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente



das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

### **Exposição a risco de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.840	52.354
Aplicações financeiras	10	349.230	234.286
Numerários vinc. convênios/programas	5	101	-
Contas a receber de clientes	7	4.701	2.744
Outros créditos	8	2.569	2.548
Créditos com o Sistema SEBRAE	11a	-	10
Fundos mútuos de investimentos	9	2.833	1.636

Os Fundos de investimentos se referem a: FIP - Fundo de Investimento em Participações e FMIEE - Fundo Mútuo de Empresas Emergentes, ambos regulamentados pela CVM.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2015, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

<b>Passivos financeiros</b>	<b>Valor em 31/12/2015</b>	<b>Até 6 meses</b>	<b>1 ano</b>	<b>Mais de 1 ano</b>
Benef. empregados/Obrig. tribut.	6.602	6.602	-	-
Obrig. convênios e contratos	59	-	59	-
Contas a pagar fornec. e outros	14.641	14.641	-	-
Provisão de férias e encargos	21.542	-	21.542	-
Obrig. com o Sistema SEBRAE	11.518	-	11.518	-
Receitas a apropriar	2.077	-	-	2.077

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

### **Risco de mercado (taxa de juros)**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 04, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado. A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

### **Análise de sensibilidade**

#### ***Ativos financeiros***

O SEBRAE-SP concentra sua carteira de aplicações financeiras em operações de CDB pós-fixados em DI, aplicados em instituições bancárias oficiais: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Nas operações cuja taxa de juros é pós-fixado, a remuneração é conhecida posteriormente à aplicação, de acordo com a variação do indexador do produto e, ainda, o percentual contratado no momento da aplicação.

O indexador utilizado pelo SEBRAE-SP em suas operações de CDB é o CDI, Certificado de Depósito Interbancário, negociado exclusivamente entre bancos, que assinala aos investidores o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essas transações são realizadas por meio eletrônico entre as instituições envolvidas e registradas na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. A taxa média diária do CDI é empregada como referência para o custo do dinheiro e acompanham o comportamento da taxa SELIC (Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). As taxas de juros que remuneram as operações de CDB pós-fixados do SEBRAE-SP no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis são similares aos de mercado.

O SEBRAE-SP não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as práticas de gestão de riscos definidas em sua política de investimentos.

Considerando que as operações financeiras do SEBRAE-SP são compostos por ativos financeiros indexados ao CDI que acompanha as oscilações de mercado, a administração considera que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Entidade.

	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados - Base 31/12/2016		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
Alta da Variação da taxa SELIC		15,25%	19,06%	22,88%
	368.326	424.495	438.528	452.598
Efeito da Variação da taxa SELIC		56.169	70.202	84.272
	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados - Base 31/12/2017		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
Alta da Variação da taxa SELIC		12,25%	15,31%	18,38%
	368.326	413.445	424.716	436.024
Efeito da Variação da taxa SELIC		45.119	56.390	67.698
<b>Impactos no resultado</b>			<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Cenário possível - Cenário Provável</b>				
SELIC			14.033	11.271
<b>Cenário remoto - Cenário Provável</b>				
SELIC			28.103	22.579

### ***Hierarquia do valor justo***

O CPC 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com o CPC 40, a Entidade mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundos mútuos de investimentos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CDB) são classificados como Nível 2, enquanto que as aplicações financeiras (fundos de investimento) e fundos mútuos de investimento são classificados como nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

	<b>Nota</b>	<b>Nível</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Aplicações financeiras (eq. caixa)	<b>4</b>	<b>2</b>	19.095	51.530
Aplicações financeiras (fundos de investimento)	<b>10.1</b>	<b>3</b>	-	23.498
Aplicações financeiras (CDB)	<b>10.2</b>	<b>2</b>	349.230	210.788
Fundos mútuos de investimentos	<b>9</b>	<b>3</b>	2.833	1.636